



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

EDITAL Nº 019/2025

CHAMAMENTO PÚBLICO

O Prefeito do Município de Dois Vizinhos, Luis Carlos Turatto, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto nas Leis nº 14.133/2021 e nº 13.019/2014 e Decretos Municipais nº 18942 e 18943/2022, torna público às Organizações da Sociedade Civil interessadas, que através deste, realiza o **Chamamento Público**, visando a seleção de Entidades sem fins lucrativos na área de **Assistência Social**, para firmar parceria por meio de Termo de Fomento, nos termos e condições estabelecidas neste Edital.

1 – OBJETO:

1.1. Formalização de Parceria, através de Termo de Fomento, com Organizações da Sociedade Civil (OSC) para execução de atividades em regime de mútua cooperação com a administração pública, nos exercícios de 2025 a 2026, que apresentarem o Plano de Trabalho que melhor se adequar ao objeto a ser pactuado:

ITEM/ CATSER	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR MÁXIMO
1 23124	Atendimento a crianças de 4 a 12 anos incompletos em situação de vulnerabilidade social, no contraturno escolar, com oferta de atividades socioeducativas, culturais, esportivas e formativas voltadas à promoção de direitos, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, prevenção de situações de risco e incentivo ao protagonismo infantil, mediante metodologia própria, acompanhamento técnico especializado e atuação integrada com a rede de proteção social do município, durante o período de 12 meses, conforme Plano de Trabalho a ser selecionado por chamamento público.	R\$ 360.674,24

ESPECIFICAÇÃO DO ITEM 01:

Público Alvo: 130 (cento e trinta) crianças de ambos os sexos, de 4 (quatro) a 12 (doze) anos incompletos, em plena atividade escolar e referenciadas pelo CRAS e CREAS, que tiveram seus direitos violados ou em situação de vulnerabilidade econômica e social.

Objetivos:

- a) Atender 130 (cento e trinta) crianças encaminhadas da rede de proteção, em situação de vulnerabilidade social pelo período de 12 (doze) meses;
- b) Realizar no mínimo 4 (quatro) oficinas temáticas sobre os direitos da criança no período de 12 (doze) meses;



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

- c) Produzir 1 (um) material educativo (cartilha, mural, vídeo ou exposição) por trimestre com participação das crianças;
- d) Recepcionar e acompanhar 100% (cem por cento) dos casos identificados de violação de direitos junto à rede de proteção (CRAS, CREAS, Conselho Tutelar).
- e) Promover 4 (quatro) encontros com familiares, no mínimo 1 por trimestre, para orientação sobre proteção e fortalecimento de vínculos.
- f) Exigir ao menos 70% de frequência média das crianças nas atividades mensais.
- g) Realizar 2 (duas) campanhas comunitárias sobre os direitos das crianças e prevenção de violências.
- h) Garantir o preparo de 130 (cento e trinta) refeições diárias e incentivar a melhora dos hábitos alimentares das crianças inseridas na entidade.

1.2. Plano de Trabalho: Anexo; Todos os serviços ou atividades a serem desenvolvidas deverão constar no Plano de Trabalho de acordo com o art. 22 da Lei Federal nº 13.019/2014 e Decretos Municipais nº 18942 e 18943/2022, sendo:

- I – Diagnóstico da realidade que será objeto das atividades da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou metas a serem atingidas;
- II – Descrição de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas e de atividades a serem executadas, devendo estar claro, preciso e detalhado o que se pretende realizar ou obter, bem como quais serão os meios utilizados para tanto;
- III – Prazo para a execução das atividades e o cumprimento das metas;
- IV – Definição dos indicadores, qualitativos e quantitativos, a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;
- V – Elementos que demonstrem a compatibilidade dos custos com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, devendo existir elementos indicativos da mensuração desses custos, tais como: cotações, tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas ou quaisquer outras fontes de informações disponíveis ao público;
- VI – Plano de Aplicação dos recursos a serem desembolsados pela administração pública;
- VII – Estimativa de valores a serem recolhidos para pagamento de encargos previdenciários e trabalhistas das pessoas envolvidas diretamente na consecução do objeto, durante o período de vigência proposto;
- VIII – Valores a serem repassados, mediante cronograma de desembolso compatível com os gastos das etapas, vinculadas as metas do cronograma físico;



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

IX – Modo e periodicidade das prestações de contas compatíveis com o período de realização das etapas vinculadas as metas e com o período de vigência da parceria, não se admitindo periodicidade superior a 1 (um) ano ou que dificulte a verificação física do cumprimento do objeto;

X - Descrição da metodologia a ser adotada na execução do projeto;

XI – Apresentar na conclusão final do projeto, número de atendimentos com comprovação das ações realizadas (atas, listas de presenças, e outras), constando avaliação dos pontos negativos e positivos.

1.3. A Administração Municipal reserva-se no direito de não autorizar o valor solicitado pela OSC tendo em vista a tipificação do objeto do Plano de Trabalho, sendo vedados, valores acima do máximo permitido.

1.4. Também é **vedada** a realização de despesa ou a previsão na Proposta de Trabalho:

a) com finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho, ainda que em caráter de emergência;

b) a título de taxa ou comissão de administração, de gerência ou similar, tampouco qualquer espécie de remuneração ou gratificação a servidores que pertençam aos quadros da Administração Pública por qualquer serviço vinculado ao objeto da parceria a ser firmada;

c) relativa a pagamento de gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional a servidor que pertença aos quadros da entidade beneficiária e de órgãos ou de entidades das Administrações Públicas Federal, Estaduais, Municipais ou do Distrito Federal;

d) em data anterior à vigência da parceria, quando então serão glosadas;

e) em data posterior à vigência da parceria, salvo quando o fato gerador tenha ocorrido durante a vigência do instrumento, mediante autorização prévia;

f) com taxas bancárias, multas, juros ou atualização monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos efetuados fora dos prazos, ressalvadas as hipóteses constantes de legislação específica;

g) com publicidade, salvo as que atendam cumulativamente às seguintes exigências:

I - sejam de caráter educativo, informativo ou de orientação social;

II - das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos;

III - que constem claramente no plano de trabalho; e

IV - que tenham caráter acessório ao objeto principal da parceria.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

2- DO VALOR E REPASSE

2.1. O CONCEDENTE fará o repasse ao TOMADOR da importância de **R\$ 360.674,24 (trezentos e sessenta mil, seiscientos e setenta e quatro mil, vinte e quatro centavos)**, de forma fracionada em (12) parcelas mensais no valor de **R\$ 30.056,19 (trinta mil, cinquenta e seis reais e dezenove centavos)** cada. Os repasses serão efetivados até **o 5º dia útil de cada mês.**

2.2. Os valores repassados pelo Município de Dois Vizinhos deverão ter caráter suplementar, devendo a PROPONENTE assegurar outras fontes de maneira a manter suas atividades.

2.3. A realização dos repasses financeiros e os procedimentos para a realização das despesas somente poderão ter início após a assinatura do instrumento da parceria e a publicação de seu extrato no Diário Oficial, sendo glosadas as despesas realizadas em data anterior ou posterior à vigência da parceria.

2.4. A credenciada deverá possuir conta bancária, preferencialmente, junto aos Bancos Oficiais - Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal. Caso contrário, se a entidade possuir somente contas em instituições diferentes das supracitadas, deverá arcar com as custas referentes as transferências bancárias/TED/DOC/PIX. O custo atual é variável por operação.

3 – CONDIÇÕES PARA A PARTICIPAÇÃO E VEDAÇÕES NO CREDENCIAMENTO:

3.1. Poderão participar do presente credenciamento as organizações da sociedade civil que atendam aos requisitos previstos no inciso VII do art. 24 da Lei nº 13.019/2014, sendo:

I - Exigência de que a organização da sociedade civil possua no mínimo 1 (um) ano de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - Experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;

III - Possuir capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades previstas e o cumprimento das metas estabelecidas;

IV - Que possua experiência na previa realização, com efetividade, do objeto deste chamamento, especialmente nos serviços;

V - Que está ciente de que a simples participação no chamamento público, pressupõe seu conhecimento prévio e sua concordância com o atendimento das disposições deste edital e da Lei Federal nº 13.019/2014 e Decretos Municipais nº 18942 e 18943/2022, e ainda com as orientações a serem emanadas do Tribunal de Contas



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

do Estado do Paraná ou do Tribunal de Contas da União, ainda que não expressamente consignadas neste Edital;

VI - Não tenha como dirigente Agente Político de Poder ou do Ministério Público, dirigente de órgão ou entidade da administração pública de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheira, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o segundo grau;

VIII - As organizações da sociedade civil que demonstrem capacidade técnica e organizacional poderão inscrever projetos que atendam aos requisitos deste edital, sendo no máximo um na área da **ASSISTÊNCIA SOCIAL** no valor máximo definido para o projeto.

3.2. **Não serão admitidos nesta seleção** os PROPONENTES que foram penalizados com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal, ficando impedidos de celebrar Termo de Fomento e Colaboração com a Administração Pública do Município de Dois Vizinhos enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

3.3. Neste Chamamento Público também **não será permitida a participação** de pessoa física ou que:

I - não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;

II - esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

III - tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração ou de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

IV - tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se:

a) for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;

b) for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição; e

c) a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo.

V - tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

a) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

- b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;
- c) a prevista no inciso II do art. 73 da Lei n.13.019/2014;
- d) a prevista no inciso III do art. 73 desta Lei;

VI - tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

VII - tenha entre seus dirigentes pessoa:

- a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;
- b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; e
- c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992.

3.4. A seleção será, inicialmente, de uma pessoa jurídica sem fins lucrativos para executar o objeto tratado neste Edital, sendo selecionada aquela que obtiver maior pontuação.

3.4.1 Nas hipóteses deste item e seus subitens, é igualmente vedada a transferência de novos recursos no âmbito de parcerias em execução, excetuando-se os casos de serviços essenciais que não podem ser adiados sob pena de prejuízo ao erário ou à população, desde que precedida de expressa e fundamentada autorização do dirigente máximo do órgão ou entidade da administração pública, sob pena de responsabilidade solidária;

3.4.2 Em qualquer das hipóteses previstas na alínea “a” do inciso VII, item 3.3, persiste o impedimento para celebrar parceria enquanto não houver o ressarcimento do dano ao erário, pelo qual seja responsável a organização da sociedade civil ou seu dirigente.

3.4.2.1 Para os fins do disposto na alínea “a” do inciso IV acima e no item 3.3.2, não serão considerados débitos que decorram de atrasos na liberação de repasses pela administração pública ou que tenham sido objeto de parcelamento, se a organização da sociedade civil estiver em situação regular no parcelamento.

3.4.2.2 A vedação prevista no inciso III acima não se aplica à celebração de parcerias com entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas naquele inciso, sendo vedado que a mesma pessoa figure no termo de colaboração, no termo de fomento ou no acordo de cooperação simultaneamente como dirigente e administrador público.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

4 – PRAZOS, LOCAL E CRONOGRAMA:

4.1. Os interessados deverão apresentar todos os documentos elencados no Termo de Referência deste Edital até às 12 horas e 00 minutos do dia 1/9/2025, de acordo com o seguinte cronograma:

CRONOGRAMA

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA	DATAS
1	Publicação do Edital de Chamamento Público.	1/8/2025
2	Envio das propostas pelas OSCs.	1/8/2025 a 1/9/2025
3	Etapa competitiva de avaliação das propostas pela Comissão de Seleção.	1/9/2025 às 14h00
4	Divulgação do resultado preliminar.	4/9/2025
5	Interposição de recursos contra o resultado preliminar.	3 DIAS ÚTEIS
6	Análise dos recursos pela Comissão de Seleção.	3 DIAS ÚTEIS
7	Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver).	15/9/2025 (Data estimada)

5 – DOCUMENTAÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO:

5.1. Os interessados deverão estar previamente cadastrados no Sicaf e encaminharão, exclusivamente por meio eletrônico nos e-mails: iris.bertolini@doisvizinhos.pr.gov.br e claudinei.schreiber@doisvizinhos.pr.gov.br toda a documentação solicitada no Termo de Referência.

5.2. Todos os documentos solicitados neste edital deverão ser apresentados em original ou por cópias xerográficas devidamente autenticadas, por cartório ou servidor público municipal, e estarem em plena validade até a data de abertura da licitação.

5.3. Não serão aceitos documentos preenchidos à mão, que contenham corretivos, que estejam ilegíveis, com borrões e rasuras. A proponente poderá ser inabilitada ou desclassificada do certame.

5.4. Serão aceitos documentos emitidos via INTERNET, neste caso, a Comissão de Licitações, antes da Habilitação da proponente, fará comprovação a veracidade das informações contidas no documento, através da própria INTERNET.

5.5. A efetivação do credenciamento dar-se-á somente quando da apresentação de todos os documentos citados acima, sendo que a falta de qualquer um deles resultará na inabilitação da entidade.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

6 – CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS OU ATIVIDADES DA OSC:

6.1. Os serviços e atividades serão prestados através dos profissionais contratados pela entidade selecionada, com a habilitação de cada profissional na área de atuação/credenciamento.

6.2. É de responsabilidade exclusiva e integral da OSC o pagamento dos profissionais, incluído o recolhimento dos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o Município de Dois Vizinhos - PR, devendo a OSC manter arquivo com todos os comprovantes de recolhimento.

6.3. Caso a organização da sociedade civil adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade a administração pública, na hipótese de sua extinção.

6.4. Os demais direitos e obrigações das partes serão objetos do Termo de Fomento e deverão atender a Lei nº 13019 nos art. 63 ao art.68 e ainda os Decretos Municipais nº 18942 e 18943/2022.

6.5. A organização da Sociedade Civil deverá prestar contas em sua totalidade em até 90 (noventa) dias a contar do término da vigência do termo de parceria e a administração pública terá 150 (cento e cinquenta) dias para apreciar a prestação de contas com base nos parâmetros técnicos e financeiros constantes da Lei nº 13.019/2014.

6.6. A Organização da Sociedade Civil fica obrigada a utilizar o SIT nos termos da Resolução 28/2011 devendo informar e atualizar bimestralmente os dados exigidos pelo sistema, em atendimento à Instrução Normativa nº 61/2011, especificamente no que dispõe a íntegra dos artigos 15, 16, 17 e seus parágrafos.

6.7. Quando do encerramento do Termo de fomento as quantias porventura excedentes deverão ser retornadas aos cofres públicos.

7 – CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

7.1. A Administração Municipal constituirá uma Comissão de Seleção que analisará os documentos propostos pelas organizações da sociedade civil e apreciará todos os Planos de Trabalhos e documentos apresentados, se necessário solicitar informações adicionais, realizar visitas técnicas, estabelecendo prazo para que as organizações se manifestem por escrito quanto ao solicitado, a fim de selecionar, monitorar e avaliar as entidades que atenderam os requisitos previstos na Lei Federal nº 13.019/2014.

7.1.1 Das sessões de avaliação e julgamento das Propostas de Projetos serão lavradas atas circunstanciadas, que serão assinadas pelos membros da Comissão de Seleção, com decisão do resultado da classificação e com a indicação dos **PROPONENTES** que obtiveram a melhor avaliação, considerando a completude



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

das informações, a demonstração da viabilidade técnica e financeira aos objetivos do Projeto.

7.2. O Plano de Trabalho também será analisado por um Gestor nomeado pelo Poder Público Municipal, que emitirá parecer quanto à execução e viabilidade do objeto.

7.3. A Administração Municipal divulgará as organizações da sociedade civil selecionadas para execução dos serviços e atividades.

7.4. Caberá recurso no prazo de **3 (três) dias úteis** contados a partir da data de publicação do resultado da seleção, sendo julgado pela Comissão de Seleção.

7.4.1 A Comissão de Seleção dará ciência dos recursos aos demais PROPONENTES, dar-se-á conhecimento de seus termos aos demais participantes, que poderão impugná-lo no prazo de **3 (três) dias úteis** a contar do recebimento da respectiva comunicação.

7.4.2 A comissão de seleção poderá reformar a sua decisão ou encaminhar o recurso para a autoridade competente para decidir.

7.4.3 Das decisões da comissão de seleção caberá um único recurso à autoridade competente.

7.4.4 Os recursos interpostos em face das decisões relativas ao julgamento das propostas de trabalho terão efeito suspensivo.

7.4.5 Após a publicação do resultado final, a Autoridade Competente terá até 3 (três) dias úteis para homologar o mesmo e providenciar a respectiva publicação.

7.5. A Comissão de Seleção, utilizará os critérios citados na tabela abaixo para classificação dos projetos, bem como, dará devolutiva a entidade proponente da avaliação realizada e pontuação obtida.

7.6. Critérios de desempate, serão adotados os seguintes critérios de desempate:

I - Projeto com maior número de pessoas a serem atendidas;

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

	Peso	Plenamente satisfatório	Satisfatório	Insatisfatório
Pontuação		2	1	0
1. Viabilidade de objetivos e metas	2			
2. Consonância com objetivos propostos	2			
3. Metodologia e estratégia da ação	2			
4. Viabilidade de Execução	2			



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

5. Coerência do Plano de Aplicação	2			
6. Experiência da entidade no Serviço e no Município	2			
7. Sustentabilidade da entidade	2			
8. Localização e infraestrutura física	2			
9. Adequação aos critérios estabelecidos no Plano de Trabalho	2			
10. Oferta de oportunidades de participação das famílias	2			
TOTAL				

Descrição dos Critérios de Seleção dos Projetos:

1. Viabilidade dos Objetivos e Metas: Se os objetivos específicos são viáveis e exequíveis. Se as metas estão de acordo com o solicitado pelo Chamamento. Peso: 2.

2. Consonância com objetivos propostos: Se os objetivos estão de acordo com o previsto pela legislação. Peso: 2.

3. Metodologia e Estratégia de Ação: Se o projeto demonstra clareza na forma como vai se desenvolver; deve descrever o caminho escolhido, os métodos, técnicas e estratégias pensadas para cada objetivo proposto. Peso: 2.

4. Viabilidade de Execução: Se o projeto demonstra proximidade com realidade do território; se há coerência metodológica que viabilize a execução do projeto. Peso: 2.

5. Coerência no Plano de Aplicação de Recursos: Se há compatibilidade na aplicação dos recursos com a proposta de trabalho. Peso: 2.

6. Experiência da Entidade no Serviço e no Município: Se a proposta traz conhecimento sobre realidade da comunidade ou do público-alvo; e se demonstra experiência com o serviço proposto. Peso: 2.

7. Sustentabilidade da Entidade: Se a Entidade possui outras fontes de recurso e/ou apoio institucional. Peso: 2.

8. Localização e Infraestrutura física: Descrever se o local e a infraestrutura prevista atende as necessidades do projeto. Peso: 2.

9. Adequação aos critérios estabelecidos no Plano de Trabalho: Clareza e objetividade na apresentação do Plano de Trabalho, conforme previsto no Manual de Orientação para Formalização de Repasses Públicos ao Terceiro Setor. Peso: 2.

10. Oferta de oportunidades de participação das famílias: Participação das famílias no projeto com oferta de atividades que favoreçam a informação, a orientação e o apoio às famílias. Peso: 2.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

7.7. O **PROPONENTE** que não atingir a pontuação mínima de 12 (dez) pontos dos 20 (vinte) possíveis será desclassificado.

7.8. O **PROPONENTE** classificado em **primeiro lugar**, na forma prevista neste Edital será convocado pelo Município de Dois Vizinhos para celebração do **TERMO DE FOMENTO** até o montante previsto neste Edital, conforme a quantia prevista na sua Proposta, observada a ordem e critérios de classificação.

7.8.1 O **PROPONENTE** convocado pelo Município de Dois Vizinhos deverá apresentar os documentos indicados nos artigos 33 e 34 da Lei n. 13.019/2014, de maneira a comprovar sua regularidade jurídica e fiscal.

7.8.2 Na eventualidade do proponente convocado não conseguir apresentar sua regularidade nos termos do subitem anterior o Município de Dois Vizinhos convocará o classificado imediatamente posterior e assim sucessivamente até encontrar o **PROPONENTE** regular, nos termos da Lei n. 13.019/2014.

7.8.3 Não havendo proponentes classificados capazes de firmar a parceria pretendida, o Município de Dois Vizinhos encerrará o presente CHAMAMENTO PÚBLICO.

7.9. O prazo de validade das Propostas de Trabalho será de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação do Resultado Final no Diário Oficial do Município de Dois Vizinhos.

7.10. Se por motivo de força maior, a celebração da parceria não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, em 60 (sessenta) dias, e persistindo o interesse do Município de Dois Vizinhos, poderá ser solicitada ao **PROPONENTE** a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

7.11. Caso todas as Propostas de Trabalho sejam desclassificadas, a Comissão de Seleção poderá fixar o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de nova proposta visando sanar os vícios detectados.

7.12. Na hipótese de não celebração da parceria no prazo previsto acima, os **PROPONENTES** ficarão liberados de quaisquer compromissos assumidos.

8 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

8.1. A programação orçamentária que autoriza e fundamenta a celebração das parcerias é a seguinte:

Órgão	Dotação Orçamentária	Natureza da despesa
10.001	08.245.0010.2065	3.3.50.41.00.00

9 - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO:

9.1. O(s) Termo(s) de Fomento a ser(em) celebrado(s) terá(ão) início na data de sua assinatura, com vigência de 12 (doze) meses, podendo ser renovado por igual período.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Havendo renovação, será aplicado o IPCA acumulado no período da parceria como meio de reajustá-la ordinariamente.

9.2. A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, trinta dias antes do termo inicialmente previsto.

9.2.1 A prorrogação de ofício da vigência do termo de colaboração ou de fomento deve ser feita pela administração pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

9.3. Para a prorrogação de vigência das parcerias celebradas de acordo com as normas da Lei Federal 13.019/14 e Decreto Municipal 18942/2022 é necessário parecer da área técnica competente atestando que a parceria foi executada a contento ou justificando o atraso no início da execução.

9.4. Para aprovação da alteração, os setores técnicos competentes devem se manifestar acerca de:

- I. o interesse público na alteração proposta;
- II. a possibilidade de realizar-se novo chamamento sem prejuízo ao interesse público;
- III. a proporcionalidade das contrapartidas, tendo em vista o inicialmente pactuado, se o caso;
- IV. a capacidade técnica-operacional da organização da sociedade civil para cumprir a proposta;
- V. a existência de dotação orçamentária para execução da proposta.

9.5. A manifestação dos setores técnicos deverá ser encaminhada para análise jurídica, previamente à deliberação da autoridade competente.

10 – DA ALTERAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

10.1. O Termo de Fomento poderá ser alterado ou ter modificação no Plano de Trabalho, de comum acordo entre as partes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada, com cópia do Plano alterado.

10.1.1 Admitir-se-á modificação do Plano de Trabalho com prévia apreciação da CONCEDENTE e aprovação do Gestor deste Instrumento, ficando vedada a alteração do objeto.

10.2. A Administração Pública poderá autorizar, após solicitação formalizada e fundamentada da organização da sociedade civil, o remanejamento de recursos do plano de trabalho, **dentro de cada categoria econômica da despesa corrente ou de capital**, durante a vigência do termo de colaboração e do termo de fomento, desde que:



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

- I. os recursos continuem sendo utilizados para a consecução do objeto pactuado;
- II. o remanejamento ocorra dentro de cada categoria econômica da despesa corrente ou de capital;
- III. não seja alterado o valor total do termo de colaboração ou do termo de fomento; e,
- IV. seja apresentado com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência do término da vigência.

10.3. O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ou por apostila ao plano de trabalho original.

11 – DISPOSIÇÕES GERAIS:

11.1. Demais critérios e condições para celebração das parcerias objeto deste Chamamento Público, constam no Manual de Formalização de Transferências Municipais ao Terceiro Setor, sendo que todos os atos deste Chamamento Público serão publicados no site do Município: www.doisvizinhos.pr.gov.br.

11.2. O presente chamamento público será regido pelos princípios da legalidade, finalidade, moralidade administrativa, proporcionalidade, impessoalidade, economicidade, eficiência, transparência e publicidade.

11.3. As retificações deste edital, por iniciativa oficial ou provocada por eventuais impugnações ou pedidos de esclarecimento, obrigarão a todos os PROPONENTES e serão publicadas em todos os veículos em que se deu a publicação originária, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

11.4. O chamamento público a que se refere este edital poderá ser adiado, revogado por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado ou anulado, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, observado o princípio da prévia e ampla defesa, não decorrendo daí qualquer obrigação de indenizar.

11.5. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, junto a plataforma: <https://doisvizinhos.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5>, devendo ser protocolados na opção LICITAÇÃO, como Esclarecimento em Licitação ou Impugnação de Edital de Licitação.

11.5.1 Decairá do direito de impugnar o Edital perante a Administração o PROPONENTE que não o fizer no prazo estabelecido no item acima. As impugnações posteriores a essa data não terão efeito de recurso.

11.5.2 Caberá à Autoridade Superior, auxiliada pelo Presidente da Comissão de Seleção, responder às impugnações e aos pedidos de esclarecimento.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

11.6. Tendo em vista seu poder de discricionariedade, o órgão gestor poderá decidir sobre a escolha da proposta a partir dos pareceres técnicos, e o estabelecimento de Termo de Fomento.

11.7. Em caso de desistência da organização social em celebrar o termo de fomento a qualquer tempo após a entrega da documentação solicitada neste edital de chamamento público, essa intenção deverá ser manifestada por escrito através de ofício devidamente assinado pelo responsável da organização proponente, explicando as razões que conduziram a essa situação.

11.8. Na contagem dos prazos é excluído o dia de início e incluído o do vencimento. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos.

11.9. Os casos não previstos neste edital serão resolvidos pela Comissão de Seleção.

Dois Vizinhos, 30 de julho de 2025.

Luis Carlos Turatto
Prefeito

Dione Luiz da Silva
Autoridade Competente



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Anexos do Edital de Chamamento Público nº 019/2025**DOCUMENTO MODELO 01: OFÍCIO**

Ofício nº XXX/2025

Dois Vizinhos, de julho de 2025.

Prezado Senhor Prefeito

Em atenção ao chamamento Público nº 00xxx/2025 vimos a presença de Vossa Excelência para solicitar a celebração da parceria para execução do Plano de Trabalho, ou seja, liberação de recursos no valor de R\$para desenvolver o projeto intituladoem regime de mútua cooperação para a consecução de finalidades de interesse público.

(A justificativa para o Termo de Fomento deve ser descrita por meio do relato da importância do repasse no contexto do município, indicando sua participação na melhoria, bem-estar e qualidade de vida da população).

Aproveitamos a oportunidade para renovar nossos protestos de estima e consideração.

Respeitosamente,
(Dirigente/Presidente da entidade)
Nome Completo
CPF

A Vossa Excelência
LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito Municipal
Dois Vizinhos – PR



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

DOCUMENTO MODELO 02: RELAÇÃO NOMINAL ATUALIZADA CONTENDO OS NOMES DOS DIRIGENTES E CONSELHEIROS DA ENTIDADE E PERÍODO DE ATUAÇÃO

CERTIDÃO

A _____ (razão social da entidade), inscrita no CNPJ nº _____, representada pelo senhor presidente/diretor/provedor (a) _____, portador do CPF nº _____, Certifico que os dirigentes e conselheiros desta referida entidade, cujo período de atuação é de ____/____/____ a ____/____/____, são:

Nome	Cargo	RG	CPF
	Presidente		
	Vice Presidente		
	Outros...		

Segue anexo a essa Certidão cópias dos documentos sendo estes RG e CPF (autenticados) do **presidente** da entidade.

Dois Vizinhos, de de 2025.

Assinatura Responsável
Identificação e nº do CPF



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

DOCUMENTO MODELO 03: DECLARAÇÃO UNIFICADA

Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná
Ref.: Chamamento nº 019/2025

RAZÃO SOCIAL e CNPJ:**ENDEREÇO:**

1- Declaramos, sob as penas da Lei, que é **INEXISTENTE OS IMPEDIMENTOS PARA CELEBRAR PARCERIA** previstos no artigo 39 da Lei Federal 13.019/14, bem como de que não empregará, para a execução da parceria, qualquer pessoa que tenha sido condenada pelos crimes previstos no § 5º do artigo 47 da mesma Lei Federal.

2- Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei n.º 14.133/2021, acrescido pela Lei n.º 9.854/99, que **NÃO EMPREGAMOS MENORES** de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesesseis) anos. Ressalvamos ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).

3- Declaração, sob as penas da lei, que **NÃO EMPREGA NINGUÉM** em regime de trabalho escravo.

4- Declaramos, sob as penas da lei, que não fomos declarados **INIDÔNEOS** para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5- Declaramos ter conhecimento e estar ciente das responsabilidades previstas na Lei Federal nº 13.019/2014, declaro ainda para os devidos fins e sob penas da lei, que a entidade **DISPÕE DE ESTRUTURA FÍSICA E DE PESSOAL**, com capacidade administrativa, técnica e gerencial para a execução ou manutenção das ações previstas no Projeto e no Plano de Trabalho proposto, assumindo inteira responsabilidade pelo cumprimento de todas as metas, acompanhamento e prestação de contas, bem como em atender o art. 43 da Lei Federal nº 13.019/2014.

6- Declaramos para os devidos fins e sob penas da lei, que se formos selecionados para assinatura do Termo de Fomento, providenciaremos a **ABERTURA DE CONTA ESPECÍFICA** e encaminharemos as informações relativas a conta no momento da assinatura do Termo de Fomento.

7- Declaramos para devidos fins e sob penas da lei que a Entidade não tem como dirigentes ou controladores:



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

- a) membros do Poder Executivo do concedente dos recursos ou do Legislativo Municipal ou Estadual, conforme o caso, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º grau;
- b) servidor público vinculado ao Poder Executivo do concedente dos recursos ou do Legislativo Municipal ou Estadual, conforme o caso, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º grau, salvo se comprovada a inexistência de conflito com o interesse público.

8- Declaramos que a entidade se compromete a atender a Lei Federal nº 13019/2014 e dar publicidade ao objeto pactuado.

9- Declaramos para os devidos fins e sob penas da lei, que a formalização do Termo de Parceria com o Município de Dois Vizinhos não contraria o Estatuto da entidade e que a mesma está em dia com as prestações de contas referente a recursos recebidos do Município de Dois Vizinhos, complementa-se a esta declaração que a entidade está adimplente com o Poder Público Municipal.

10- Declaramos que a entidade não contratará parentes ou empresas, inclusive por afinidade, de dirigentes vinculados a este objeto, bem como membros do Poder Público concedente.

11- Declaramos para os devidos fins que a entidade teve seu início das atividades em ____/____/____ e que seu Estatuto atende os art. 33 e 34 da Lei Federal nº 13.019/14.

12- Declaramos para os devidos fins que a entidade se compromete em aplicar os recursos repassados de acordo com o art. 51 da Lei 13019/2014 bem como prestar contas na forma dos art.(s) 63 a 68 da mesma Lei.

13- Declaro para os devidos fins que em caso de qualquer **COMUNICAÇÃO FUTURA** referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:

Telefone: ()

Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

14- Declaramos que a empresa contribui para a promoção do **Desenvolvimento Nacional Sustentável** no cumprimento de diretrizes e critérios de Sustentabilidade Ambiental, de acordo com o artigo 225 da Constituição Federal de 1988 e em conformidade com o artigo 5º da Lei nº 14.133/2021 e com o artigo 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01 de 19 de janeiro de 2010.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

15- **DECLARAMOS** sob as penas da Lei, que os proprietários, sócios ou dirigentes, e/ou responsável técnico ou legal da referida empresa **NÃO** possuem grau de parentesco consanguíneo (cônjuges, companheiros ou parentes) ou afim, em linha reta, colateral ou por adoção até o 3º grau com as seguintes autoridades e servidores públicos:

- a) Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Chefe de Gabinete e Procurador do Município, Membros da Comissão de Licitações Pregoeiros ou membros do Controle Interno.
- b) Ocupantes de cargo comissionado que exercem função de direção, chefia ou assessoramento independente de onde estejam lotados;
- c) Servidores efetivos com função gratificada, que atuem ou tenham atuado em processos licitatórios da respectiva pasta a que se encontrem vinculados qualquer outra autoridade ligada à contratação,

Responsabilizando-se civil, administrativa e criminalmente pela veracidade das informações contidas nesta Declaração. (Que possa caracterizar nepotismo, contrariando a orientação do Prejulgado 09 do TC/PR, Súmula Vinculante nº 13 do STF, Acórdão nº 2745/2010 do TCE-Tribunal de Contas do Paraná; ressaltamos o entendimento firmado no TJPR Apelação Cível e Reexame Necessário nº 1273953-4/Paranavaí-PR-4ª Câmara Cível).

DECLARA, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório sob a modalidade Chamamento Público nº 00xxxx/2025, instaurada pelo Município de Dois Vizinhos, que os proprietários, sócio ou dirigentes, e/ou responsáveis técnicos ou legal da referida empresa não são servidores ou dirigentes de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, conforme disposto no art. 9º da Lei 14.133/2021.

A presente declaração tem validade pelo prazo de 5 (cinco) anos, sendo obrigatório que a declarante comunique ao município de Dois Vizinhos, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas de sua ocorrência, as alterações no quadro societário e/ou de funcionamento da empresa que impliquem em alguma(s) da(s) vedação(es) prevista(s) nesta declaração, tais como alterações de propriedade, do quadro societário, dirigentes, responsável técnico ou legal, conforme vedações previstas no Prejulgado 9 do TCE/PR e Art. 9º, da Lei nº 14.133/2021.

Parentesco:

Grau	Linha Reta Ascendente	Linha Reta Descendente	Linha Colateral
1º	Pai/Mãe	Filho (a)	-
2º	Avô/Avó	Neto (a)	Irmão (ã)
3º	Bisavô/Bisavó	Bisneto (a)	Sobrinho (a)/Tio(a)



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Afinidades decorrentes de Casamento/União Estável:

Grau	Linha Reta Ascendente	Linha Reta Descendente	Linha Colateral
1°	Sogro (a)	Enteado (a)	-
2°	Pai/Mãe do (a) Sogro (a)	Filhos (as) do (a) Enteado (a)	Cunhado (a) – Irmão (ã) do Cônjuge
3°	Avô (ó) do (a) Sogro (a)	Netos (as) do (a) Enteado (a)	Sobrinho (a)/tio (a) do Cônjuge

Afinidades decorrentes de casamento/união dos parentes consanguíneos:

Grau	Linha Reta Ascendente	Linha Reta Descendente	Linha Colateral
1°	Padrasto/Madrasta	Genro/Nora	-
2°	Pai/Mãe do (a) Padrasto/Madrasta	Cônjuge do (a) Neto (a)	Cunhado (a) – Cônjuge do (a) irmão (ã)
3°	Avô (ó) do (a) Padrasto/Madrasta	Cônjuge do (a) Bisneto (a)	Cônjuge do (a) Sobrinho (a)/Tio (a)

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

OBS: Ao redigir a presente Declaração, o Proponente deverá utilizar formulário com timbre da empresa ou com carimbo do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, bem como observar os graus de parentescos relacionados na tabela acima sendo que declaração inverídica poderá acarretar em responsabilizações previstas na legislação em vigor. Informa-se ainda que tais vedações estende-se às uniões estáveis.

16- Declaramos que a entidade efetivará suas compras e contratações da seguinte forma: (descrever como será efetivado ambas as coisas).

..... de 2025.

Local e Data

Assinatura do Responsável

Identificação e nº CPF



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

DOCUMENTO MODELO 04: ANEXO DE PLANO DE TRABALHO

PLANO DE TRABALHO

1. DADOS CADASTRAIS

1.1 – Dados Cadastrais da Instituição Proponente

Nome da Instituição Proponente		CNPJ
Endereço		CEP
Telefone ()	E-mail institucional	
Banco*	Nº Agência	Nº Conta Corrente
Nome do Responsável Legal da Instituição Proponente		
Função	RG	CPF
Telefone ()	Celular ()	E-mail
Endereço Residencial		CEP
Telefone ()	Informação Adicional	
Nome do Responsável Técnico pela execução do Serviço		
Função	RG	CPF
Endereço Residencial		CEP
Telefone ()	E-mail institucional	
Formação		Nº registro no Conselho Profissional

2. DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto:	Duração: () Meses
Objeto da Transferência:	Período da Execução: Início: (Previsão em dia/mês/ano): Término: (Previsão em dia/mês/ano):
Valor Previsto:	
Identificação do Objeto: () Aquisição de Equipamentos e Material Permanente () Atividades, Serviços ou Manutenção	



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

<input type="checkbox"/> Obras (Construções, Ampliações e Reformas) <input type="checkbox"/> Aquisição de Imóveis		
Justificativa para Formalização:		
Público Alvo:		
Local / endereço onde serão executados o Serviço e a infraestrutura disponível para execução do Projeto:		
Estrutura física: <input type="checkbox"/> própria <input type="checkbox"/> cedida <input type="checkbox"/> alugada <input type="checkbox"/> outros		
Cômodo	Quantidade	Tipo de atividades desenvolvidas no espaço
Equipamentos disponíveis:		
Quantidade		Tipo de Equipamento
Descrever o diagnóstico da realidade que serão objeto das atividades. (Identificação e qualificação da demanda):		

3. METAS

Metas a serem atingidas de atividades ou projetos a serem executados (definição e detalhamento):	
I.	
II.	
Unidade de medida da meta:	
<input type="checkbox"/> Metro linear <input type="checkbox"/> Metro quadrado <input type="checkbox"/> Percentual <input type="checkbox"/> Pessoa(s) <input type="checkbox"/> Procedimento(s) <input type="checkbox"/> Atendimento(s) <input type="checkbox"/> Unidade(s)	
Quantidade:	

Metas	Etapa/ Fase	Descrição da Etapa/Fase	Indicador Físico		Duração	
			UN	Qtde	Data de Início	Data de Término
I.	1.	Inscrição de Interessados			Xx/xx/20xx	Xx/xx/20xx
	2.	Visitas às Famílias dos Interessados				
II.	1.	Ofertas de oficinas culturais e de formação social			Xx/xx/20xx	Xx/xx/20xx



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

2.	Oferta de alimentação diária e incentivo a hábitos alimentares saudáveis				
3.	Acompanhamento – Visitas às Famílias				

4. INDICADORES DE AVALIAÇÃO

Metas Quantitativas:

Metas Qualitativas:

5. METODOLOGIA DE TRABALHO

Descrever detalhadamente como as atividades serão desenvolvidas com o público alvo e os resultados esperados:

6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO

Apontar formas de monitoramento de todos os atores envolvidos e avaliação do projeto. Avaliando de forma clara se todos os objetivos propostos serão cumpridos:

7. RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS:

NOME	Carga horária	Escolaridade	Função desenvolvida	Valor

8. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

9. PLANO DE APLICAÇÃO

Código	Natureza da Despesa	Valor Total



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

TOTAL GERAL		

9.1 DETALHAMENTO DAS DESPESAS

Nome	Salário	FGTS	INSS	13º salário	Férias	Total gasto com cada colaborador
TOTAL DE DESPESA GASTO COM PESSOAL						

33.90.30.14.00- Material Educativo e Esportivo – R\$			
Descrição Produto	Quantidade	Valor unitário	Valor Total
Subtotal			
33.90.30.16.00 - Material de Expediente – R\$			
Descrição Produto	Quantidade	Valor unitário	Valor Total
Subtotal			
33.90.39.81.00 - Serviços Bancários – R\$			
Descrição Produto	Quantidade	Valor unitário	Valor Total
Subtotal			
TOTAL GERAL			

10. FONTES DE RECURSOS DA OSC:

Fontes de Recursos da OSC	Valor total anual dos Recursos R\$
Governo Federal	
Governo Estadual	
Governo Municipal	
Doações ou Contribuições Individuais	
Entidades Religiosas	
Empresas Privadas, Institutos e Fundações Empresariais	
Vendas de Produtos e Serviços	
Outros, quais?	
TOTAL	



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

11. PRESTAÇÃO DE CONTAS

- A prestação de contas deve ser encaminhada por bimestre, até 15 (quinze) dias após o último dia do bimestre, sendo formada por todas as notas fiscais e pagamentos realizados pela entidade, orçamentos, extratos bancários (conta corrente e aplicação), listagem de presença dos usuários, relatórios técnicos da execução das atividades, relatório contendo os indicadores quantitativos e qualitativos.
- A comissão de monitoramento realizará análise dos documentos e ainda dos relatórios de supervisões diretas e indiretas da execução do Plano de trabalho e deliberará sobre a aprovação das prestações de contas no prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da prestação de contas.
- Tais decisões serão encaminhadas ao Prefeito Municipal para ciência e deliberação no prazo de 10 (dez) dias.
- Da decisão de irregularidade da prestação de contas cabe recurso ao Prefeito Municipal no prazo de 15 (quinze) dias contados da notificação por escrito da entidade.

12. DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal da proponente, declaro, para fins de prova junto à Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, que as informações que constam neste Plano de Trabalho e Aplicação, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistem qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos do Município, na forma deste plano de atendimento.

Se houver algo em contrário ou inverídico, me responsabilizo na forma legal.

Com isso, pede-se o DEFERIMENTO do Plano de Trabalho.

Dois Vizinhos- PR, ____ de ____ de 2025.

Assinatura do Representante OSC

13 - APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

Dois Vizinhos, ____ de ____ de 2025.

Luis Carlos Turatto
Prefeito



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

DOCUMENTO 05: MODELO DE MINUTA DO TERMO DE FOMENTO

TERMO DE FOMENTO Nº: ____/2025.

PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS E A ENTIDADE _____, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS**, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.205.640/0001-08, estabelecida nesta cidade, na Avenida Rio Grande do Sul, 130, Centro, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **Sr. LUIS CARLOS TURATTO**, portador da cédula de identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, doravante denominada **CONCEDENTE** e do outro _____, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº _____, estabelecida em _____ nº _____, no Município de Dois vizinhos/PR, CEP _____, e-mail: _____, fone (____) _____, neste ato representado por seu (sua) Presidente, _____, portador(a) do RG nº _____, CPF nº _____, doravante denominada **PROPONENTE**, resolvem celebrar o **TERMO DE FOMENTO**, com fundamento no Chamamento nº 007/2025, nos Decretos Municipais nº 18942/2022 e 18943/2022 de 26 de outubro de 2022, na Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2.014, sujeitando-se, no que couber, às normas contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, e documentos emitidos pelo TCE – PR tais como a Resolução 28/2011 de 6 de outubro de 2011 alterada pela Resolução 46/2014, Instrução Normativa nº 61/2011 de 1 de dezembro de 2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Fomento tem por objeto **PROMOVER O CONHECIMENTO, A VALORIZAÇÃO E A PRÁTICA DOS DIREITOS DA CRIANÇA, CONTRIBUINDO PARA A FORMAÇÃO DE UMA INFÂNCIA PROTEGIDA, RESPEITADA E PARTICIPATIVA**, conforme Plano de Trabalho anexo a este Termo.

Público Alvo: 130 (cento e trinta) crianças de ambos os sexos, de 4 (quatro) a 12 (doze) anos incompletos, em plena atividade escolar e referenciadas pelo CRAS e CREAS, que tiveram seus direitos violados ou em situação de vulnerabilidade econômica e social.

Objetivos:

- a) Atender 130 (cento e trinta) crianças encaminhadas da rede de proteção, em situação de vulnerabilidade social pelo período de 12 (doze) meses;
- b) Realizar no mínimo 4 (quatro) oficinas temáticas sobre os direitos da criança no período de 12 (doze) meses;



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

- c) Produzir 1 (um) material educativo (cartilha, mural, vídeo ou exposição) por trimestre com participação das crianças;
- d) Recepcionar e acompanhar 100% (cem por cento) dos casos identificados de violação de direitos junto à rede de proteção (CRAS, CREAS, Conselho Tutelar).
- e) Promover 4 (quatro) encontros com familiares, no mínimo 1 por trimestre, para orientação sobre proteção e fortalecimento de vínculos.
- f) Exigir ao menos 70% de frequência média das crianças nas atividades mensais.
- g) Realizar 2 (duas) campanhas comunitárias sobre os direitos das crianças e prevenção de violências.
- h) Garantir o preparo de 130 (cento e trinta) refeições diárias e incentivar a melhora dos hábitos alimentares das crianças inseridas na entidade.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA GESTÃO

A Concedente nomeia como gestor(a) do presente Termo de Fomento o(a) Sr.(a) Cátia Bonin, portador(a) do RG nº 6.xxx.xxx-0/PR e do CPF/MF nº 007.xxx.xxx-46, conforme Portaria Municipal nº 061/2023, de 30 de junho de 2023.

Parágrafo Primeiro

Ficam nomeados(as) como Comissão de Monitoramento e Avaliação o(a) Sr.(a) Cristiane Luiza Antunes, Sr.(a) Cristiane Pavan Hilgert, Sr(a) Rosilei de Godois, nomeados (as) conforme Portaria Municipal nº 061/2023, de 30 de junho de 2023.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS

I – SÃO OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE:

- a) Fornecer os recursos para a execução do objeto;
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução deste termo;
- c) Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação, antes e durante a vigência do objeto;
- d) Promover a transferência dos recursos financeiros de acordo com o Cronograma de Desembolso contido no Plano de Trabalho em conta bancária específica indicada pela Proponente;
- e) Aplicar as penalidades previstas e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos;
- f) Publicar o extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município;
- g) Receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pela Proponente;
- h) Elaborar parecer sobre a prestação de contas da proponente, a fim de atender os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, conforme artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e avaliar se



Município de

Dois Vizinhos**Estado do Paraná**

houve aplicação correta dos recursos no Plano de Trabalho apresentado e no art. 59 da Lei de nº 13.019 de 3/07/2014;

II – SÃO OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE:

- a) Responsabilizar-se pela execução do objeto do Termo de Fomento;
- b) Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;
- c) Permitir livre acesso do Gestor, do responsável pelo Controle Interno, dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação da CONCEDENTE, e de auditores e fiscais do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Instrumento, junto às instalações da PROPONENTE;
- d) Se responsabilizar pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme o caso;
- e) Se responsabilizar pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Fomento, mantendo as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução e manter os comprovantes arquivados;
- f) Manter em seus arquivos, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas integral, os documentos originais que compõem a prestação de contas;
- g) Identificar o número deste Termo de Fomento no corpo dos documentos da despesa, e em seguida extrair cópia para anexar à prestação de contas a ser entregue no prazo à CONCEDENTE, inclusive indicar o valor pago quando a despesa for paga parcialmente com recursos do objeto;
- h) Divulgar este Termo de Fomento em seu sítio na internet, caso mantenha, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, com as seguintes informações: data da assinatura, identificação do Instrumento, do Órgão CONCEDENTE, descrição do objeto, valor total, valores liberados, e situação da prestação de contas, bem como atender a Lei Federal nº 12.527/2011;
- i) Comprovar a exata aplicação da parcela anteriormente repassada, na forma da legislação aplicável, mediante procedimento da fiscalização da Administração Pública Municipal, sob pena de suspensão da transferência.
- j) Não praticar desvio de finalidade na aplicação do recurso, atraso não justificado no cumprimento das etapas dos programas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução deste Termo de Fomento e deixar de adotar as medidas



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

saneadoras eventualmente apontadas pela Administração Pública, no que dispõe o Decreto Municipal 18942/2022.

- k) Prestar todos os serviços, conforme Plano de Trabalho, mediante a contratação dos profissionais e pagamento dos respectivos salários, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, ficando proibida a redistribuição dos recursos a outras entidades, congêneres ou não;
- l) Observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos;
- m) Comprovar todas as despesas por meio de notas fiscais eletrônicas ou recibo de autônomo (RPA), com a devida identificação do Termo de Fomento, ficando vedadas informações genéricas ou sem especificações dos serviços efetivamente prestados, comprovado por meio de controles ou registros, além de demonstrar os custos praticados ou ajustados de forma a permitir a conferência atinente à regularidade dos valores pagos;
- n) Aplicar os recursos repassados pela CONCEDENTE e os correspondentes à sua contrapartida, exclusivamente no objeto constante na Cláusula Primeira;
- o) Comprovar a existência de conta bancária específica e exclusiva para o presente instrumento, efetuando todas as movimentações financeiras relacionadas aos recursos do presente termo nesta conta bancária.
- p) Não aplicar Taxa de Administração ou despesas administrativas como condição para a execução do objeto.
- q) Ressarcir aos cofres públicos os saldos remanescentes decorrentes das aplicações correspondentes até final da vigência do Termo de Fomento;
- r) Promover a devolução aos cofres públicos dos recursos financeiros não aplicados corretamente conforme o Plano de Trabalho.
- s) Comprovar mensalmente e de forma integral no final do Termo de Fomento todas as metas quantitativas e atendimentos de maneira nominal, constante no Plano de Trabalho.
- t) Efetuar cotação e pesquisa de preços, conforme regulamento próprio da entidade, para aquisição de materiais e serviços.
- u) Manter-se adimplente com o Poder Público concedente naquilo que tange a prestação de contas de exercícios anteriores, assim como manter a sua regularidade fiscal perante os órgãos da Administração Municipal, Estadual e Federal;
- v) Comunicar a CONCEDENTE a substituição dos responsáveis pela Proponente, assim como alterações em seu Estatuto;



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

- w) Utilizar o SIT nos termos da Resolução 28/2011 deverão informar e atualizar bimestralmente os dados exigidos pelo sistema, em atendimento à Instrução Normativa nº 61/2011, especificamente no que dispõe a íntegra dos artigos 15, 16, 17 e seus parágrafos.

CLÁUSULA QUARTA – REGIME JURÍDICO DO PESSOAL

A contratação de empregados para a execução do objeto, quando pagos integralmente com recursos desta parceria deverá obedecer ao princípio da legalidade, impessoalidade e da publicidade, mediante a contratação de pessoal para execução do projeto.

Parágrafo Único

Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico/trabalhista, de quaisquer espécies, entre a CONCEDENTE e o pessoal que a PROPONENTE utilizar para a realização dos trabalhos ou atividades constantes deste Instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DO REPASSE E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Para a execução das atividades previstas neste Termo de Fomento, no presente exercício, a CONCEDENTE transferirá a PROPONENTE, de acordo com o cronograma de execução, o valor de R\$ _____ (_____), sendo o valor mensal de R\$ _____ (_____) a ser repassado em _____ parcelas.

Parágrafo Primeiro

As partes reconhecem que caso haja necessidade de contingenciamento orçamentário e a ocorrência de cancelamento de restos a pagar, exigível ao cumprimento de metas segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, o quantitativo deste objeto poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade.

Parágrafo Segundo

Os valores repassados pelo **Município de Dois Vizinhos** deverão ter caráter suplementar, devendo a PROPONENTE assegurar outras fontes de maneira a manter suas atividades.

Parágrafo Terceiro

A realização dos repasses financeiros e os procedimentos para a realização das despesas somente poderão ter início após a assinatura do instrumento da parceria e a publicação de seu extrato no Diário Oficial, sendo glosadas as despesas realizadas em data anterior ou posterior à vigência da parceria.

Parágrafo Quarto

A credenciada deverá possuir conta bancária, preferencialmente, junto aos Bancos Oficiais - Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal. Caso contrário, se a entidade possuir somente contas em instituições diferentes das supracitadas, deverá arcar com as custas referentes as transferências bancárias/TED/DOC/PIX. O custo atual é variável por operação.

CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

A programação orçamentária que autoriza e fundamenta a celebração das parcerias é a seguinte:



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Órgão	Dotação Orçamentária	Natureza da despesa
10.001	08.245.0010.2065	3.3.50.41.00.00

CLÁUSULA SÉTIMA – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

Os valores a repassar, segundo o cronograma de desembolso, deverão ser depositados na conta específica da PROPONENTE, vinculada ao objeto, na Agência nº____, no Banco____, na Conta Corrente nº____, e aplicados no mercado financeiro ou em caderneta de poupança, até sua utilização.

Parágrafo Primeiro

Os recursos depositados na conta bancária específica deste instrumento, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados:

- a) em caderneta de poupança de instituição financeira pública federal, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês; e
- b) em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública, quando sua aplicação estiver prevista para prazos menores.

Parágrafo Segundo

Os pagamentos deverão ser efetuados somente por transferência direta ao fornecedor (DOC, TED, Débito), pessoa física ou jurídica, inclusive dos empregados, vedado usar cheques para saque ou quaisquer pagamentos;

Parágrafo Terceiro

Os rendimentos financeiros dos valores aplicados não poderão ser utilizados pela Proponente.

Parágrafo Quarto

A Proponente deverá restituir o saldo residual dos recursos, inclusive com os rendimentos não utilizados, caso não efetue a boa execução dos recursos.

Parágrafo Quinto

A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas inabilitará a Proponente a participar de novos Termos de Fomento, acordos ou ajustes com a Administração Municipal.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

A PROPONENTE compromete-se a restituir o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescidos de juros legais, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

- a) inexecução do objeto;
- b) falta de apresentação de prestação de contas, no prazo exigido;
- c) utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Parágrafo Único: compromete-se, ainda a Proponente, a recolher à conta da CONCEDENTE o valor correspondente a rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não tenha feito aplicação.

CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Prestar contas de forma parcial a cada bimestre, e de forma integral das receitas e despesas até 90 (noventa) dias a partir do término de vigência do Termo de Fomento segundo a Lei nº 13.019/2014, e de acordo com os critérios e indicações exigidos pela CONCEDENTE, com elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, destacados nos relatórios de execução do objeto e de execução financeira, bem como entregar balanço patrimonial, balancete analítico anual, demonstração de resultado do exercício e demonstração das origens e aplicação dos recursos da Entidade parceira, segundo as normas contábeis vigentes, tendo a administração pública 150 dias para apreciar a Prestação de Contas.

Parágrafo Único

Quando do encerramento do Termo de Fomento as quantias porventura excedentes deverão ser retornadas aos cofres públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

Este Instrumento tem sua vigência até ____/____/____, contados a partir da data de sua assinatura, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para consecução de seu objeto, podendo ser renovado por igual período.

Parágrafo Primeiro

Havendo renovação, será aplicado o IPCA acumulado no período da parceria como meio de reajustá-la ordinariamente.

Parágrafo Segundo

A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, trinta dias antes do termo inicialmente previsto.

Parágrafo Terceiro

A prorrogação de ofício da vigência do termo de colaboração ou de fomento deve ser feita pela administração pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

Parágrafo Quarto

Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.

Parágrafo Quinto



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente termo de fomento, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

Parágrafo Sexto

Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

Parágrafo Sétimo

Para a prorrogação de vigência das parcerias celebradas de acordo com as normas da Lei Federal 13.019/14 e Decreto Municipal nº 18942/2022 é necessário parecer da área técnica competente atestando que a parceria foi executada a contento ou justificando o atraso no início da execução.

Parágrafo Oitavo

Para aprovação da alteração, os setores técnicos competentes devem se manifestar acerca de:

- I. o interesse público na alteração proposta;
- II. a possibilidade de realizar-se novo chamamento sem prejuízo ao interesse público;
- III. a proporcionalidade das contrapartidas, tendo em vista o inicialmente pactuado, se o caso;
- IV. a capacidade técnica-operacional da organização da sociedade civil para cumprir a proposta;
- V. a existência de dotação orçamentária para execução da proposta.

Parágrafo Nona

A manifestação dos setores técnicos deverá ser encaminhada para análise jurídica, previamente à deliberação da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PROIBIÇÕES

Fica ainda proibido à PROPONENTE:

- a) a redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não;
- b) integrar dirigentes que também sejam agentes políticos do governo concedente;
- c) realizar despesas e pagamentos fora da vigência deste Termo de Fomento;
- d) utilizar recursos para finalidade diferente da prevista e despesas a título de taxa de administração;



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

e) utilizar recursos em pagamento de despesas diversas, não compatíveis com o objeto deste Termo de Fomento;

f) executar pagamento antecipado a fornecedores de bens e serviços;

g) transferir recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias;

h) retirar recursos da conta específica para outras finalidades com posterior ressarcimento;

i) **realizar despesas com:**

✓ Multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da administração pública na liberação de recursos financeiros, bem como verbas indenizatórias;

✓ Publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;

✓ Pagamento de pessoal contratado pela organização da sociedade civil que não atendam às exigências do art. 46 da Lei 13.019/2014;

✓ Obras que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

O presente termo de fomento poderá ser:

I - Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Este Termo de Fomento poderá ser alterado ou ter modificação no Plano de Trabalho, de comum acordo entre as partes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada, com cópia do Plano alterado.

Parágrafo Primeiro

Admitir-se-á modificação do Plano de Trabalho com prévia apreciação da CONCEDENTE e aprovação do Gestor deste Instrumento, ficando vedada a alteração do objeto.

Parágrafo Segundo

A Administração Pública poderá autorizar, após solicitação formalizada e fundamentada da organização da sociedade civil, o remanejamento de recursos do plano de trabalho, **dentro de cada categoria econômica da despesa corrente ou de capital**, durante a vigência do termo de colaboração e do termo de fomento, desde que:

- I. Os recursos continuem sendo utilizados para a consecução do objeto pactuado;
- II. O remanejamento ocorra dentro de cada categoria econômica da despesa corrente ou de capital;
- III. Não seja alterado o valor total do termo de colaboração ou do termo de fomento; e,
- IV. Seja apresentado com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência do término da vigência.

Parágrafo Terceiro

O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ou por apostila ao plano de trabalho original.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Dois Vizinhos para esclarecer as dúvidas de interpretações deste Instrumento que não possam ser resolvidas administrativamente, nos termos do art. 109 da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Aplicam-se os dispositivos, no que couber, a Lei Federal nº 13.019/2014 que não foram mencionados neste instrumento.

Parágrafo Primeiro

E, por estarem cientes e acordadas com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente Instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo que também subscrevem.

Dois Vizinhos, de de 2025.

Luis Carlos Turatto

Prefeito



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Entidade
Presidente